

A DÍVIDA DE ANTONIO CARLOS

• A EXPRESSÃO "hora da verdade" é um batido lugar-comum. Mas há momentos em que define com exatidão um clima, uma expectativa, um dever. Os depoimentos na Comissão de Ética do Senado sobre a violação do sistema eletrônico de votação estão nesse caso. A exposição e as respostas do senador Antonio Carlos Magalhães, na tarde de ontem, lamentavelmente fugiram ao clima e frustraram as expectativas.

PODE-SE DAR ao ex-presidente do Senado o crédito que ele solicita quando protege seus atos com o escudo do cumprimento do dever. Mas é preciso considerar, no entanto, que há fragilidade nos argumentos que explicariam o seu silêncio sobre o ato ilícito cometido pela ex-diretora do Prodasen.

É DIFÍCIL entender, por exemplo, a tranqüilidade com que um homem de seu temperamento, conhecido como cioso de sua autoridade, teria recebido as ações ilegais de terceiros. Pior, cometidas comprometendo sua gestão como presidente do Senado, que ele alardeia defender.

E TORNA-SE impossível compreender a duração do seu silêncio — explicado, na sua versão, pela necessidade de impedir que fosse anulada a cassação do mandato do senador Luiz Estevão. Ou seja: a partir do momento em que o laudo técnico eliminou a possibilidade de fraude na votação era de se esperar que Antonio Carlos, um cioso defensor do prestígio e da inatacabilidade do Senado, saísse à público para narrar a história espantosa que até então calara e mesmo negara em obediência ao que chama de razões de Estado.

O SILENCIO e o apego à versão mal-contada, no entanto, perduraram até que a funcionária e o senador José Roberto Arruda fizessem suas confissões. Esse é o mais forte fator de constrangimento do depoimento de ontem. Houve outras contradições, de pesos variados.

O CONJUNTO é suficiente para estabelecer uma dívida do senador Antonio Carlos Magalhães com a opinião pública. Em suma — e em nome de seu passado político — ele ainda tem o que contar e explicar, por mais constrangedor que lhe seja.